

## **Contribuição à crítica da educação sob a égide do capital: reflexões para uma educação emancipatória**

### **Contribution to the critique of education under the aegis of capital: reflections for an emancipatory education**

Maria Valonia da Silva Xavier\*  
Alisson Slider do Nascimento de Paula\*\*  
Frederico Jorge Ferreira Costa\*\*\*

**Resumo:** O presente artigo busca discutir a problemática educativa em relação à sua origem e sua função na sociedade vislumbrando uma educação que possibilite, dentro de suas possibilidades, uma nova forma educativa e econômico-social. Optou-se por um estudo teórico-bibliográfico, buscando a partir de literatura específica debater o fenômeno de modo direto. O método de análise se tratou do materialismo-histórico-dialético, por compreender o fenômeno concreto, isto é, o fenômeno como síntese de múltiplas determinações. Considerou-se que se faz urgente pensar num programa educativo de classe, em que formação intelectual, física, trabalho e política possibilitem elementos significativos para uma formação de enfrentamento. Pensar nesse modelo de educação implica pensar numa práxis político-educativa do professor, num currículo que possibilite atividades emancipatória durante a experiência pedagógica dos alunos, em conteúdos historicamente acumulado pela classe trabalhadora.

**Palavras-chave:** Educação; Capitalismo; Emancipação Humana.

**Abstract:** The present article seeks to discuss the educational problem in relation to its origin and its role in society by envisaging an education that allows, within its possibilities, a new educational and economic-social form. We opted for a theoretical-bibliographic study, searching from the specific literature to debate the phenomenon directly. The method of analysis dealt with materialism-historical-dialectic, by understanding the concrete phenomenon, that is, the phenomenon as synthesis of multiple determinations. It was considered that it is urgent to think of an educational program of class, in which intellectual formation, physics, work and politics provide significant elements for a formation of confrontation. To think about this model of education implies thinking of a political-educational praxis of the teacher, in a curriculum that enables emancipatory activities during the pedagogical experience of the students, in contents historically accumulated by the working class.

**Keywords:** Education; Capitalism; Human Emancipation.

Recebido em: 28/07/2017. Aceito em: 05/06/2018

---

\* Mestranda do Programa de pós-graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará (PPGE/UECE); Professora do Município de Fortaleza; E-mail: valonixavier@gmail.com.

\*\* Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará (PPGE-UECE); E-mail: alisson.slider@yahoo.com.

\*\*\* Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará (PPGE-UECE); E-mail: frederico.costa@uece.br.

## Introdução

A educação assim como outros complexos sociais contemporaneamente encontram-se em crise. Esta lógica se dá uma vez que as teorias educacionais, no que tange às concepções teórico-metodológicas que a fundamentam, em virtude do novo modelo produtivo não mais baseado nos pressupostos fordista e taylorista, exigem da educação, ou melhor, dos sistemas educacionais e, por conseguinte, das escolas um novo modelo de formação. Este novo modelo produtivo de caráter flexível, descentralizado, pautado nas demandas mais individualizadas, requer uma formação do indivíduo que o possibilite uma maior versatilidade, que apresente resposta em situações diversas, assim, apresentando uma característica de empregabilidade no contexto o desemprego crônico, o que implicará numa nova concepção de educação, sociedade e, conseqüentemente, de ser humano.

A lógica da concorrência mercantil predomina nesse contexto. Os pressupostos que a fundamentam emergem dos organismos internacionais que impõem novos paradigmas como o *aprender a aprender*, bem como o *aligeiramento*, a *flexibilização* e a modalidade de *educação à distância* como possibilidade de ampliação da oferta e qualificação profissional, por meio da expansão do ensino superior e/ou cursos de formação pedagógica.

Este trabalho pretender-se-á analisar a concepção de educação nos marcos do sistema sociometabólico do capital em crise estrutural. Para alcançarmos tal intento, buscará apoio nas discussões feitas por Saviani (2008), Tonet (2012; 2016), Mészáros (2008), Ponce (1986), Felismino (2004) e Freres et all. (2008). Diante da problemática exposta, acredita-se que o campo teórico marxiano poderá auxiliar a compreender com sucessivas aproximações o objeto, uma vez que, segundo Costa (2009, p. 10), “[...] o pensamento de Marx opera em primeiro plano com o que é real, para aferir as questões epistemológicas e metodológicas impostas pelo ser para o seu conhecimento”. Deste modo, será factível o desenvolvimento de uma investigação das determinações histórico-sociais e das leis que regem o movimento do real, tendo consciência de que para Marx e Engels (2007, p. 94) “[...] a observação empírica deve provar em cada

caso particular, empiricamente e sem nenhum tipo de mistificação ou especulação a conexão entre a estrutura social e política e a produção”. Nessa acepção, pretende-se aqui esclarecer que nenhum objeto está isolado do mundo real e da sociedade de classe.

Em acréscimo, a presente pesquisa possui como método de análise o materialismo histórico-dialético que se pretende analisar o objeto em sua totalidade. Trata-se de um estudo de caráter teórico-bibliográfico. Considera-se esse tipo de pesquisa importante, uma vez que toda pesquisa necessita ter um suporte teórico-bibliográfico, pois é através dela que o pesquisador pode ter contato com os principais escritos a respeito de sua temática central.

O presente texto está organizado em três seções. Inicialmente será abordado a origem da educação deste o período primitivo até a modernidade; ademais, analisar-se-á a função que a educação exerce prioritariamente regida pelo capital; por fim, dar-se-á ênfase na explicitação na concepção de educação para a emancipação humana, elencando quais os pressupostos para que essa educação seja factível.

## Origem e concepção de educação

Para Saviani (2008), as origens da educação se confundem com as origens do próprio homem. Ele justifica tal afirmativa expondo que o ser natural é obrigado a produzir sua própria existência e, ao fazer isso, também se constitui enquanto homem, ou seja, diferencia-se dos animais que apenas se adaptam à natureza. Os homens fazem o contrário, pois adaptam a natureza a eles. A esse agir sobre a natureza para modificá-la dá-se o nome de trabalho.

Tonet (2012), ao explicitar sobre a origem e natureza da educação, parte desse mesmo pressuposto: a categoria trabalho é a raiz ontológica do ser social. Em sua análise, discorre que, assim como a linguagem e o conhecimento, a educação é, desde o princípio, inseparável do trabalho, pois este é uma característica eminentemente social, portanto, o indivíduo para efetivá-lo necessita apropriar-se de conhecimentos, habilidades, valores e comportamentos que são comuns ao gênero. Assim sendo, somente com a apropriação dessas qualidades, o indivíduo torna-se parte do

gênero humano. Nesse sentido, é que a educação tem sua função principal:

Podemos dizer que a natureza essencial da atividade educativa consiste em propiciar ao indivíduo a apropriação de conhecimentos, habilidades, valores, comportamentos, etc. que se constituem em patrimônio acumulado e decantado ao longo da história da humanidade, contribuindo, assim, para que o indivíduo se construa como membro do gênero humano e se torne apto a reagir face ao novo de um modo que contribua para a reprodução do ser social, que se apresenta sempre sob uma determinada forma particular (TONET, 2012, p. 81).

Sabe-se que, inicialmente, no modo de produção comunal ou primitivo, não existiam classes sociais, tudo era feito coletivamente, lidavam com a terra e com a natureza relacionando-se com os outros e se educando mutuamente. Ponce (1986, p. 21) assinala que:

Numa sociedade sem classes como a primitiva, os fins da educação derivam da estrutura homogênea do ambiente social, identificam-se com os interesses comuns do grupo, e se realizam igualmente em todos os membros, de modo espontâneo e integral: *espontâneo* na medida em que não existia nenhuma instituição destinada a inculca-los, *integral* no sentido de cada membro da tribo incorporava mais ou menos bem tudo o que na comunidade era possível receber e elaborar.

No entanto, quando o homem se fixa à terra, considerada nesse momento o principal meio de produção, surge então a propriedade privada. A apropriação desta divide os homens em classes: os proprietários e os não proprietários. E a partir desse momento, surge a necessidade de uma educação diferenciada, conforme assinala Saviani (2008, p. 152-153),

Se antes, no comunismo primitivo, a educação coincidia inteiramente com o próprio processo de trabalho, a partir do advento da sociedade de classes, com o aparecimento de uma classe que não precisa trabalhar para viver, surge uma educação diferenciada. E é aí que está localizada a origem da escola. A palavra escola em grego significa o lugar do ócio. Portanto, a escola era o lugar a que tinham acesso as classes ociosas. A classe dominante, a classe dos proprietários, tinha uma educação di-

ferenciada que era a educação escolar. Por contraposição, a educação geral, a educação da maioria era o próprio trabalho: o povo se educava no próprio processo de trabalho. Era o aprender fazendo. Aprendia lidando com a realidade, aprendia agindo sobre a matéria, transformando-a.

A sociedade, agora dividida em classes, deixa de se fundamentar na propriedade coletiva e nos laços de sangue e passa a se fundamentar na propriedade privada impondo o poder do homem pelo homem como forma de legitimar essa apropriação. A educação deixa de ter seus fins implícitos na estrutura da comunidade, ou seja, substituem-se os interesses comuns a todos os membros da comunidade e passa a imperar os interesses distintos individuais que, aos poucos, vão se tornando antagônicos.

Observa-se que, a partir dessa complexificação da estrutura social, certos conhecimentos passam a ser requeridos no desempenho de certas funções como juiz ou chefia. Conhecimentos estes que eram apreciados como fonte de domínio. Ressalte-se que os que eram organizadores tinham maior facilidade para aprender. De acordo com Ponce (1986), os funcionários que representavam os interesses comunais eram eleitos entre os membros da mesma família. Depois, essa eleição foi substituída pela indicação de sucessores feita pelos próprios organizadores, assim, as funções de direção passaram a ser como segredo de um pequeno grupo. Dessa forma: “[...] para os que nada tinham, cabia o saber do vulgo; para os afortunados, o saber da iniciação”. Essas cerimônias “[...] constituem o primeiro esboço de um processo educativo diferenciado, que, por isso mesmo, já não era espontâneo mais coercitivo. Elas representam o rudimento do que mais tarde viria a ser a escola a serviço de uma sociedade de classes” (PONCE, 1986, p. 26-27).

A educação imposta pelos nobres se encarregou de difundir e reforçar privilégios. Com a constituição das classes sociais, a conservação do *status quo* passa a ser um dogma pedagógico e uma educação que responda a esse intento passa a ser julgada a mais adequada. Deste modo, a educação passou a não mais ser exclusivamente voltada para o bem comum, mas para o reforço de manutenção das classes dominantes sobre os dominados.

Seguindo essa esteira analítica, o autor *supra* adverte, ainda, que, com o surgimento da “[...] propriedade privada e a sociedade de classes, aparecem também, como consequências necessárias, uma religião com deuses, a educação secreta, a autoridade paterna, a submissão da mulher e dos filhos, e a separação entre os trabalhadores e sábios” (PONCE, 1986, p. 31). No entanto, ainda faltava uma instituição que além de defender a nova forma privada de adquirir riquezas, também legitimasse e perpetuasse a divisão de classes e o direito de explorar e dominar o que nada possuíam: nasce o Estado. “Instrumento poderoso nas mãos da classe exploradora, o Estado teve no chefe supremo o seu representante e o seu cimo” (PONCE, 1986, p.32).

Historicamente, desde o início da sociedade dividida em classes, a educação tem sido utilizada de forma que perpetuasse a dominação de uma classe (dominante) sobre a outra (dominada), ou seja, a manutenção do *status quo*. No Mundo Antigo, a educação dos nobres, na Grécia, estava inicialmente voltada para o incentivo às virtudes guerreiras, poucos sabiam ler e contar, sendo os jovens proibidos de interessar-se por outros assuntos que não fossem exercícios militares.

Na sociedade feudal, os nobres não estavam preocupados com a instrução, sua única preocupação era aumentar suas riquezas pela violência e pelos saques. Mesmo que soubessem ler e escrever, consideravam tais coisas de mulheres.

O xadrez e a poesia chegaram, no fim das contas, a constituir todos os seus adornos, da mesma forma que a equitação, o tiro com arco e a caça, todas as suas ocupações. A nobreza careceu de escolas no sentido estrito, mas não de educação. Com um sistema parecido a dos efebos da nobreza grega, a nobreza medieval formava os seus cavaleiros através de sucessivas “iniciações”. O jovem nobre vivia sob a tutela materna até os 7 anos, ocasião em que entrava como pajem ao serviço de um cavaleiro amigo. Aos quatorze, era promovido a escudeiro, e nessa qualidade acompanhava o seu cavaleiro às guerras, torneios e caçadas. Por volta dos vinte e um anos, era armado cavaleiro (PONCE, 1986, p. 94).

A sociedade moderna, percorrida por Saviani (2008), trouxe consigo a urgência de generalização da escola, pois era necessário

que a escrita fosse incorporada, algo que, até a Idade Média, era secundário, ou seja, nesse novo momento histórico, para que a sociedade se desenvolvesse, a educação básica deveria ser estendida a todos.

A escola está ligada a este processo, como agência educativa ligada às necessidades do progresso, às necessidades de hábitos civilizados, que corresponde à vida nas cidades. E a isto também está ligado o papel político da educação escolar enquanto formação para a cidadania, formação do cidadão. Significa formar para a vida na cidade, para ser sujeito de direitos e deveres na vida da sociedade moderna, centrada na cidade e na indústria. O que tivemos com este processo? Que a forma escolar emerge como forma dominante de educação na sociedade atual. Isto a tal ponto que a forma escolar passa a ser confundida com a educação propriamente dita. Assim, hoje, quando pensamos em educação, automaticamente pensamos em escola. E por isso que quando se levantam bandeiras em prol da educação, o que está em causa é o problema escolar (SAVIANI, 2008, p. 157).

Faz-se necessário pontuar que, nessa generalização da educação escolar, não se pode cometer o erro de pensar que ela seria igual para as classes, não era o que ocorria. Nesse momento, também se percebe uma diferenciação da escola para os ricos, com uma formação intelectual, e para as massas algo que se limitava à escolarização básica para desenvolver habilidades essenciais para o processo produtivo.

Na sociedade burguesa, com o advento do Renascimento, a educação se propunha a formar homens de negócios que também fossem cultos cidadãos e hábeis diplomatas (PONCE, 1986). É lícito frisar que, no contexto atual, faz-se a equiparação quase que inconscientemente entre escola e educação. O conjunto social está tão submerso nesse contexto de escolarização que tende a identificar – em grande medida – a educação como processo de escolarização formal. Na verdade, a educação escolar virou referência em educação, como modelo correto.

Apoiando-se na concepção marxiana, compreende-se que a função da educação deve ser de possibilitar ao indivíduo tornar-se membro do gênero humano, tendo como pressuposto a

sua apropriação dos conhecimentos acumulados construídos pela humanidade. Assim:

[...] o processo de o indivíduo singular tornar-se membro do gênero humano passa pela necessária apropriação do patrimônio – material e espiritual – acumulado pela humanidade em cada momento histórico. É através dessa apropriação que este indivíduo singular vai se constituindo como membro do gênero humano. Por isso mesmo, todo obstáculo a essa apropriação é um impedimento para o pleno desenvolvimento do indivíduo como ser integralmente humano (TONET, 2012, p. 77).

Comunga-se com a ideia de Saviani (2008) ao entender que a educação é ampla e que acontece em diversos espaços:

Educa-se, por exemplo, através dos sindicatos, dos partidos, das associações dos mais diversos tipos, através dos clubes, do esporte, dos clubes de mães. Educa-se através do trabalho, através da convivialidade do relacionamento informal das pessoas entre si. Daí se considera que a escola é uma entre essas muitas formas de educar e não é a que tem maior peso (SAVIANI, 2008, p.158).

Mészáros (2008) concorda com tal afirmativa ao indicar que o processo de aprendizagem, nessa concepção ampla de educação, no sentido de aprendizagem contínua, dar-se-á fora das instituições formais e ressalta que esses espaços, felizmente, não são controlados e manipulados de imediato pela estrutura formal, legalizada e sancionada. Todavia, no interior das relações estranhadas do sociometabólico do capital todos os espaços estão sob o julgo capitalista. No entanto, a complexa realidade dialética possibilita avanços positivos a partir de experiências emancipadoras.

A não apropriação dos conhecimentos construídos pela humanidade é, pois, um impedimento para que o indivíduo se torne integralmente humano. A sociedade capitalista, com suas contradições, não possibilita que essa formação integral se viabilize. Destaque-se até mesmo os indivíduos que fazem parte das camadas sociais privilegiadas também têm sua formação comprometida nesse tipo de sociabilidade, conforme Tonet (2012, p. 92):

[...] a propriedade privada, com a divisão do trabalho, também deu origem ao fenômeno

da alienação, do qual participam não apenas os explorados, mas também os exploradores. Os explorados, por motivos óbvios. Os exploradores, porque o seu acesso à riqueza acumulada pressupõe uma relação que reduz à desumanização a maior parte da humanidade. Além disso, porque a divisão do trabalho faz com que eles mesmos sejam levados a privilegiar o lado espiritual e a menosprezar a atividade que é o fundamento por excelência do ser social, que é o trabalho. Por tudo isso, a formação dos próprios exploradores não pode deixar de ser unilateralizante e, de certa maneira, deformada.

O autor reitera a fragilidade da sociedade capitalista em oferecer uma educação para a formação integral do ser humano, segundo ele:

[...] na sociedade burguesa é proclamada a igualdade de todos os homens por natureza. O que significa que, em princípio, todos eles deveriam poder ter acesso ao conjunto do patrimônio humano. No entanto, como isso, de fato, não é possível (justifica-se essa impossibilidade pela desigualdade que resultaria da livre iniciativa, expressão do inato egoísmo humano), a dissociação entre discurso e realidade efetiva impõe-se como uma necessidade. Proclama-se o direito de todos a uma formação integral. Mas, de um lado, a maioria é excluída do acesso aos meios que possibilitariam essa formação e, de outro, essa mesma formação é definida privilegiando os aspectos espirituais: formação moral, artística, cultural, intelectual.

Nesse sentido, é indispensável debruçar-se acerca da educação sob a égide do capital, no contexto de crise estrutural, é o que se pretende na seção seguinte.

### **Educação sobre a égide do capital**

A educação em sentido geral tem, nas sociedades de classes, funções voltadas predominantemente para a reprodução e legitimação da ordem social vigente, as quais visam contribuir para a produção das subjetividades requeridas pelas relações sociais dominantes, sem que a este papel seja redutível, fato este já bastante analisado. Entre os mecanismos de que se serve a classe dominante para reproduzir o que está posto, a educação - seja formal ou informal, sistemática ou assistemática – é uma forte aliada,

contribuindo para a formação das posturas que concorrem para a adequação e a aceitação dos indivíduos à estrutura social, assim como, contraditoriamente, instrumentaliza aqueles que podem vir a criticar e questionar a própria realidade social.

No entanto, na sociabilidade burguesa na qual é apregoada a igualdade natural dos seres humanos, a educação deveria ser integral de forma que todos os indivíduos pudessem ter acesso a ela e a toda riqueza cultural/intelectual, no entanto não se percebe isso na realidade. Embora o discurso seja o da educação integral e de qualidade para todos, a realidade opera no sentido de reforçar o dualismo educacional por sobre as desigualdades sociais, efetivando na prática a máxima segundo a qual cada um que se dedique a aprender aquilo para qual a natureza chama. Noutras palavras, tal fundamento está presente, de modo singular, em toda sociedade de classe: educação para desenvolver todos os aspectos da personalidade humana, os físicos, os intelectuais, os estéticos, os espirituais para a elite; e preparação para o mercado de trabalho para a grande massa da população. O direito de todos à educação é universal, contudo esse princípio não se efetiva universalmente.

Por sua natureza, a sociedade burguesa está assentada em uma contradição insanável. A forma do trabalho, que lhe dá origem – a compra-e-venda de força de trabalho – leva à produção da desigualdade social. Esta é uma determinação insuperável nos limites da sociedade burguesa. Não há como impor ao capital uma outra lógica que não seja a da sua auto-reprodução através da exploração do trabalho. Por outro lado, a reprodução do capital exige, também, e ao mesmo tempo, a instauração da igualdade formal. Capitalistas e trabalhadores são livres, iguais e proprietários e assim têm que ser para que o capitalismo se reproduza (TONET, 2012, p. 82).

Em acréscimo, no discurso existe igualdade, ou seja, na esfera da formalidade, no entanto, na esfera da realidade, existe a desigualdade real. No campo do discurso, a educação é integral e para todos, mas, no real, ela é inviabilizada pela própria contradição da sociabilidade capitalista. Assim, a educação no contexto da sociedade capitalista “torna-se um *locus* privilegiado para a reprodução das relações sociais alienadas”

(FRERES; RABELO; MENDES SEGUNDO, 2008 p. 2). Assim:

A educação no sistema capitalista corresponde a uma educação voltada para atender às necessidades do capital em seu processo de expansão e acumulação ampliada. Produção da riqueza e homens são postos, sob o capital, numa relação invertida: não é a produção da riqueza material que está a serviço dos homens, mas o contrário: o que se produz não é para a coletividade, mas para alguns que se tornaram historicamente proprietários dos meios de produção e de subsistência. Estes buscam, em nome de um suposto desenvolvimento econômico, decidir quais os destinos da sociedade, bem como ela deve ser organizada, como deve pensar, como deve agir (FRERES; RABELO; MENDES SEGUNDO, 2008, p. 3).

A educação, poderoso instrumento para a formação dos indivíduos, na sociedade capitalista, continua sendo instrumento de reprodução dos interesses das classes dominantes de forma ainda mais perversa porque, na aparência, apresenta uma formação de boa qualidade para todos quando, na essência, isso é apenas uma falácia (TONET, 2012). Nas palavras de Freres, Rabelo e Mendes Segundo (2008, p. 04):

[...] a educação transformou-se num lugar propício para a preparação para o trabalho, ou melhor, uma ocupação – além de servir para a inculcação ideológica nas subjetividades dos trabalhadores dos valores e ideias da classe dominante. No caso dessa sociedade, a educação vem servindo, predominantemente, como um espaço para a preparação para o trabalho explorado, alienado.

Nesse sentido a educação “[...] foi ‘privatizada’, isto é, organizada, em seu acesso em seus conteúdos e formas, de modo a estar subsumida aos interesses das classes dominantes” (TONET, 2016, p. 173). Assim:

O acesso de todos a um determinado nível de conhecimento e de comportamento é imprescindível para a reprodução da própria sociedade capitalista. Não só os burgueses precisam ser preparados para dirigir a sociedade, mas também os trabalhadores precisam de um determinado nível de conhecimento e de comportamento para que o sistema capitalista possa funcionar. A preparação da força de

trabalho não pode se dar, como nos modos de produção anteriores, apenas no interior do próprio processo de trabalho. Além disso, a forma particular de sociabilidade capitalista, que se articula desigualdade social com igualdade formal, implica, por parte de todos e, portanto, também dos explorados, a adesão a esta forma de sociedade, sem que, para isso, tenha que ser utilizada, rotineiramente, a violência direta. Esta não deixará de existir, mas, apenas em determinados casos e, muitas vezes, como último recurso (TONET, 2016, p. 174).

No contexto das relações antagônicas entre as classes sociais, o papel diferenciador e seletivo da educação se evidencia na profunda heterogeneidade entre os dois tipos de sistema educacional: um, de má qualidade e público, para os pobres; outro, com mais e melhores recursos materiais e humanos, privativo aos que podem bancar. Produz-se de tal distinção o conformismo quanto ao fracasso escolar dos alunos procedentes das camadas trabalhadoras que os faz mergulharem em um sentimento de humilhação, incapacidade e inferioridade, assim como se produz, no outro polo em que se encontram os bem-nascidos, o sentimento de superioridade de classe.

Frente a essa realidade, enquanto os filhos dos “de cima” se preparam para ocupar os importantes cargos dirigentes, os filhos dos “de baixo” preparam-se, com um ensino insuficiente, para, majoritariamente, ocupar cargos e tarefas desvalorizados socialmente. Assim, no sistema capitalista, a educação serve para atender às necessidades do capital em seu processo de expansão e acumulação. A escola para a classe trabalhadora, na ótica dos interesses das classes dominantes, nada mais seria do que um espaço voltado para a preparação para o mundo do trabalho; para o desenvolvimento das competências e das atitudes por ele requeridos; para a formação de trabalhadores produtivos e subservientes.

No entanto, é necessário perceber que, a educação formal não seria uma força ideologicamente primária, ou seja, que teria o poder forte para a manutenção do sistema, mas também por si só não será capaz de fornecer alternativas emancipatórias radicais ao capital.

Para Tonet (2012), é impossível a efetivação de uma educação integral em que se leve em

conta o ser humano nessa sociedade desumana e contraditória. O que é possível, então, segundo ele? Apenas atividades educativas que estejam inseridas na luta pela transformação radical da sociedade. Nesse sentido, contribuir com uma educação emancipatória, na atualidade, só pode ter o significado de formar indivíduos comprometidos com um novo tipo de sociabilidade para além do capital.

Na sociedade de classes, a educação foi organizada em seus conteúdos e métodos de forma que pudesse atender aos interesses da classe dominante. Ressalte-se que, conforme se pode perceber, a educação, em seu sentido restrito, tem atendido a essa indicação desde seus primórdios. Nesse sentido, as desigualdades sociais eram aceitas como naturais e eram vistas como algo inquestionável. Em uma sociedade de classes, o interesse dominante será sempre o *pólo* dominante da estruturação da educação, ou seja, a educação atuará de forma a impedir a ruptura com a ordem social estabelecida, tendo um caráter conservador em sua predominância.

Quem organiza a educação é, em última instância, o Estado e este, por mais que, em sua concretude, seja resultado da luta de classes, em sua essência, nunca deixa de ser um instrumento de defesa dos interesses da burguesia. Isto significa que não só o acesso, mas também as formas inclusive os conteúdos a serem transmitidos serão, de alguma forma, e sem que isso implique intencionalidade manifesta, clivados no sentido de favorecer a reprodução da sociedade burguesa. Todos os conhecimentos, ideias, valores, comportamentos e habilidade serão, de alguma forma, postos a serviço da continuidade da sociedade burguesa (TONET, 2016, p. 175).

Sobre a educação, Mészáros (1981, p. 260) salienta: “Nenhuma sociedade pode perdurar sem seu sistema de educação próprio [...] a questão crucial, para qualquer sociedade é reprodução bem sucedida desses indivíduos, cujos “fins próprios” não negam as potencialidades do sistema de produção predominante”. Para o autor, a educação tem duas funções principais numa sociedade capitalista: “[...] (1) a produção das qualificações necessárias ao funcionamento da economia, e (2) a formação de quadros e a elaboração dos métodos para controle político” (MÉSZÁROS, 1981, p. 273).

Como dito acima, no sistema capitalista, a educação serve para atender às necessidades do capital em seu processo de expansão e acumulação. Portanto, a educação formal:

[...] está profundamente integrada na totalidade dos processos sociais, e mesmo em relação à consciência do indivíduo suas funções são julgadas de acordo com sua razão de ser, identificável na sociedade como um todo. [...] O sistema educacional formal da sociedade não pode funcionar de acordo com cada estrutura educacional geral [...] a crise das instituições educacionais é uma crise da totalidade dos processos dos quais a educação formal é apenas uma parte (Mészáros, 1981 p. 272).

Sader (2008, p. 15), ao prefaciar o livro *A educação para além do capital*, ressalta que a educação se tornou instrumento dos estigmas da sociedade capitalista, ou seja, “[...] tornou-se peça de um processo de acumulação de capital e de estabelecimento de um consenso que torna possível a reprodução do injusto sistema de classes. [...] agora é mecanismo de perpetuação e reprodução desse sistema”.

Assim, para Mészáros (2008, p. 44), a questão central é que o capital necessita assegurar que cada indivíduo internalize como próprias as metas de reprodução; a educação, então, funciona no sentido de garantir os parâmetros reprodutivos; mesmo que os indivíduos não participem das instituições formais, também devem ser induzidos a uma aceitação passiva dos “[...] princípios reprodutivos orientadores dominantes na própria sociedade adequados a sua posição na ordem social, e de acordo com as tarefas reprodutivas que lhe foram atribuídas”.

A sociedade capitalista resguarda com vigor não apenas seu sistema de educação contínua, mas simultaneamente também de doutrinação permanente, mesmo quando a doutrinação que impregna tudo parece ser o que é, por ser tratada como uma ideologia vigente “consensualmente internalizada” como sistema de crença positivo compartilhado de maneira legítima pela “sociedade livre” estabelecida e totalmente não objetável. Ademais o que torna as coisas ainda piores é que a educação contínua do sistema do capital tem como cerne asserção de que a própria ordem social estabelecida não precisa de nenhuma

mudança significativa (MÉSZÁROS, 2008, p. 82).

A ideologia dominante é tão forte e inconscientemente introjetada no sujeito que parece impossível pensar sobre outro tipo de sociabilidade bem como a aceitação da realidade como tal se apresenta como única alternativa. O grave e incorrigível defeito do capital consiste na alienação de mediações de segunda ordem como o Estado, pois o capital não sobreviveria sem estas que impõem uma forma alienada de mediação.

Nesse sentido:

A alternativa concreta a essa forma de controlar a reprodução metabólica social só pode ser a automediação, na inseparabilidade do autocontrole e da autorrealização através da liberdade substantiva e da igualdade, numa ordem social reprodutiva conscientemente regulada pelos indivíduos associados. É também inseparável dos valores escolhidos pelos próprios indivíduos sociais, de acordo com suas reais necessidades, em vez de lhes serem impostos- sob a forma de apetites totalmente artificiais, pelos imperativos reificados da acumulação lucrativa do capital, como é o caso de hoje. Nenhum desses objetivos emancipadores é concebível sem a intervenção ativa da educação, entendida na sua orientação concreta, no sentido de uma ordem social que vá além dos limites do capital (Mészáros, 2008, p. 72-73).

Ainda para este autor, o que deve ser combatido e alterado radicalmente é todo o sistema de internalização em suas dimensões visíveis ou ocultas, ou seja, romper de forma real com a lógica do capital na área da educação. Nessa lógica, “[...] não pode haver uma solução efetiva para a autoalienação do trabalho sem que se promova, conscientemente, a universalização conjunta do trabalho e da educação” (MÉSZÁROS, 2008, p. 67).

Apesar de existir uma classe dominante que se utiliza de todas as formas para continuar dominante, não podemos pensar que isso se dá de forma tranquila, ao contrário, existe o antagonismo de classe que implica, dentre outras coisas, no surgimento de propostas diferentes das conservadoras, com valores, fundamentos e objetivos distintos e que buscam uma forma de educação que vá além da sociedade já instaurada.



É impossível romper com esse sistema sem a intervenção efetiva da educação concebida em seu sentido amplo, não restrito à escola, mas em todos os aspectos em que ela ocorre, pois “[...] a aprendizagem é a nossa própria vida, desde a juventude até a velhice” (PARACELSO *apud* MÉSZÁROS, 2008, p. 27). [...] “É por isso necessário romper com a lógica do capital se quisermos completar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente” (MÉSZÁROS, 2008, p. 27).

Diante da exposição feita sobre a educação no contexto da sociabilidade capitalista, a pergunta sobre o que deve ser feito para que possa ser alcançado outro patamar de educação radicalmente novo e que possa propiciar o acesso ao conhecimento a todo indivíduo humano surge inevitavelmente. Mészáros (2008) vai advogar que a educação tem uma contribuição inquestionável, especialmente em seu sentido amplo: para ele, a educação “[...] pode e deve ser articulada adequadamente e redefinida constantemente no seu inter-relacionamento dialético com as condições cambiantes e as necessidades de transformação social emancipadora e progressista em curso” (p. 76).

A educação, ainda que tenha muitos limites, pode dar uma contribuição, atuando a contrapelo da história, favorecendo os meios para tornar possível o desvelamento das determinações econômicas e políticas subjacentes à realidade social e municiando o movimento social organizado de caráter revolucionário com os requisitos intelectuais necessários para aumentar a capacidade e o vigor requeridos para uma crítica ao capitalismo.

### **A educação para emancipação humana**

É inicialmente necessário conceituar o que se entende por emancipação humana e qual sua finalidade. Na esteira marxiana, Tonet (2012) compreende por emancipação uma forma de sociabilidade para além do capital, na qual os seres humanos serão livres, ou seja, o controle sobre a produção da riqueza material será livre, consciente, coletiva e universal. Liberto da exploração do homem pelo homem, os indivíduos poderão desenvolver as suas potencialidades. Uma forma superior e mais elevada de sociabilidade e liberdade humana.

As atuais formas dominantes de internalização consolidadas a favor do capital e legitimadas pelo sistema educacional vigente nos levam a crer que a função da educação na atualidade é de induzir os indivíduos a um conformismo e a subordinação exigidos pelo próprio capital. Freres, Rabelo e Mendes Segundo (2008, p. 07), compreendem que, na sociedade capitalista:

É função da educação também propiciar a capacitação e as competências dos indivíduos ao mercado de trabalho. Nesse aspecto, não interessa uma educação que proporcione uma formação sólida e que tenha como base a transmissão dos conhecimentos construídos pela humanidade ao longo de seu desenvolvimento histórico. O que interessa é uma educação voltada aos interesses do capital e que mantenha os trabalhadores presos às rédeas do sistema, visto que sua formação deve possibilitar uma postura crítica e criativa frente ao mundo. Em outras palavras, os indivíduos devem ser formados para aprenderem a criar uma forma de continuar sobrevivendo num mundo que os joga na miséria.

A necessidade de uma educação que possa a romper com essa lógica do capital é urgente. Apesar de a educação ter esse caráter conservador, vale lembrar que nela há lutas que nos permitem, mesmo que minimamente, avançar quanto à criação de “[...] uma proposta de educação emancipadora que só pode ser explicitada em elementos gerais, mas nunca como um conjunto sistematizado” (TONET, 2012, p. 82).

A partir disso é que o referido autor declara que não se pode ter a fantasia de que poderemos estruturar uma educação emancipadora como conjunto sistematizado, pois, sob o capital, só são possíveis atividades emancipatórias e não uma educação para a emancipação humana. Uma vez que há disputas antagônicas entre as diferentes perspectivas (conservadora e emancipadora):

Por isso mesmo, e considerando os interesses mais profundos, sem dúvida interessa à perspectiva do trabalho a apropriação, o mais ampla, sólida e profunda possível deste patrimônio humano e do que há de mais rico e sólido nele, por parte de todos os indivíduos. Quanto mais rico o indivíduo, mais rico o gênero e os outros indivíduos e vice-versa. O mesmo não se pode dizer da perspectiva do capital. É de sua natureza não apenas limitar

o acesso quanto ao número de pessoas, mas também quanto à qualidade do conteúdo, tendo sempre em vista que o objetivo último – imposto pela sua própria lógica interna – não é a realização plena de todos os indivíduos e, pois, do gênero humano, mas a sua própria reprodução (TONET, 2016, p.82).

No contexto de crise estrutural do capital<sup>1</sup>, como a educação pode contribuir para a emancipação humana? Tonet (2012) assinala alguns requisitos para que se possam desenvolver algumas ações nesse sentido. Inicialmente, ele acredita que para pensar em uma educação emancipatória é necessário:

[...] a nosso ver, o primeiro destes requisitos é o conhecimento sólido e profundo da natureza da emancipação humana, que é o fim que se pretende atingir. [...] A importância desta fundamentação, que só pode ser adquirida através de um estudo sério, salta aos olhos quando lembramos que entre as ideias hoje dominantes não há nenhuma menção à emancipação humana. [...] Isto porque, a todo momento, o educador está fazendo escolhas fundadas – consciente ou inconscientemente – em valores. Embora dentro de certos limites, é ele que elabora programas, escolhe métodos, procedimentos, textos, livros etc. Tudo isto responde, sempre, a determinadas concepções. Que valores orientam essas escolhas, essa é a grande questão. Orientar as atividades para a construção de indivíduos efetivamente livres (ressalte-se que a luta, coletiva, por essa sociabilidade é um componente essencial) ou para a formação de cidadãos, mesmo que críticos? Nesse momento, a criatividade pessoal tem uma enorme e decisiva importância. Porque não existem modelos, não existem receitas. É preciso, a partir daqueles parâmetros gerais, e analisando sempre a situação concreta, encontrar os meios práticos que articulem estes dois momentos. Em resumo: o domínio sólido a respeito do fim não garante uma atividade educativa emancipadora. Mas a ausência dele muito contribui para o desnorreamento desta atividade (TONET, 2012, p. 83-84).

O autor destaca o educador como alguém que tem poder de decisão; conscientemente ou não, faz escolhas fundadas em seus valores. A existência do conhecimento sobre o que queremos contribuir para a garantia de atividades educativas emancipadoras.

Um segundo requisito – igualmente importante – é o conhecimento do processo histórico real, em suas dimensões universais e particulares, pois o processo educativo se desenvolve em um mundo historicamente determinado e em situações concretas. É preciso conhecer, pelo menos em linhas gerais, o processo histórico humano e especialmente a realidade do mundo atual (capitalista), a lógica do capital que o preside e a natureza da crise em que está mergulhado o mundo, hoje. Afinal, a educação é uma parte dessa totalidade complexa que é o conjunto da sociabilidade (TONET, 2012, p. 84).

Nessa citação está expressa uma das características do marxismo: o conhecimento do real. É através da realidade que podemos pôr à prova todas as questões científicas e filosóficas. Se elas não são comprovadas no campo do real, então não podem ser caracterizadas como existentes, verdadeiras. Convém lembrar que operamos no concreto, no campo da materialidade. Por isso é tão necessário o conhecimento da realidade, do material. A emancipação só será possível com o conhecimento apropriado do processo histórico, da natureza da sociedade capitalista e suas especificidades. “Um terceiro requisito está no conhecimento da natureza essencial do campo específico da educação. Este conhecimento é necessário para evitar que se atribuam à educação responsabilidades que não lhe são próprias” (TONET, 2012, p.84).

É necessário conhecer a educação em suas especificidades, um dos maiores problemas da atualidade da educação é a enxurrada de demandas que ela incorpora e que não são suas funções primordiais nem principais, deixando a principal função, o ensinar, comprometida por abarcar tantas atribuições.

Um quarto requisito consiste no domínio dos conteúdos específicos, próprios de cada área do saber. Tanto daqueles que integram as ciências da natureza, quanto daqueles que abrangem as ciências sociais e a filosofia.

<sup>1</sup> A partir da compreensão de Mészáros (2008), compreende-se que a atual crise não é mais de ordem cíclica tampouco conjuntural, já que esta se caracteriza como sendo de ordem global com implicações na produção, consumo e circulação/distribuição/realização e se evidencia também pelo encontro do sistema com seus limites absolutos.

Sem esse domínio, de nada adiantaria, para as classes populares, que o educador tivesse uma posição política favorável a elas, pois a efetiva emancipação da humanidade implica a apropriação do que há de mais avançado em termos de saber e de técnica produzidos até hoje (TONET, 2012 p. 84-85).

Além de saber o que é realmente específico da educação, é necessário saber, conhecer e dominar os conteúdos específicos de cada área do conhecimento, a emancipação somente será efetivada se tivermos direito de acesso a todos os conhecimentos produzidos pela humanidade.

Um quinto e último requisito para uma prática educativa emancipadora encontra-se na articulação da atividade educativa com as lutas desenvolvidas pelas classes subalternas, especialmente com as lutas daqueles que ocupam posições decisivas na estrutura produtiva. Certamente, não cabe à educação a tarefa de liderar a construção de uma nova sociedade. Contudo, ela pode dar uma contribuição importante na medida em que desperte e fundamente as consciências para a necessidade de uma transformação revolucionária e, ao mesmo, tempo, transmita o que de mais avançado existe em termos de conhecimento (TONET, 2012, p.85).

A educação pode auxiliar na chegada a uma sociedade emancipada, no entanto, não cabe a ela a tarefa de liderar a construção desta nova sociedade, mas, com certeza, ela pode ser articuladora, fazendo uma conexão com a classe trabalhadora, a classe que produz a riqueza da sociedade e os despertando para uma consciência e desejo de transformação radical da ordem social estabelecida pelo capital. Nas palavras de Felismino (2004, p. 29): “[...] as práticas educativas, ao mesmo tempo em que se articulam na e pela reprodução das relações sociais capitalistas, trazem a possibilidade histórica da transformação do ser e a possibilidade de contribuir para a transformação da realidade social”.

Em acréscimo, é perceptível os limites de uma educação emancipadora nessa sociedade no sentido de que, historicamente, a sociedade foi dividida em classes, os meios de produção se tornaram propriedade privada, o homem foi explorado pelo homem e o trabalho foi dividido para contribuir com a alienação. A educação, na sociedade de classes, é predominantemente

reprodutora das desigualdades e dos valores dominantes, mas é certo, também, que possui a margem de contradição que possibilita a atuação num espaço contra-hegemônico de transformação social dada a sua autonomia relativa.

A forma de trabalho capaz de eliminar a exploração do homem pelo homem foi designada por Marx como trabalho associado e explicado por Tonet nos seguintes termos:

[...] ‘trabalho associado’ ou ‘associação livre dos produtores livres’. Uma forma de trabalho que se caracteriza pelo domínio livre, consciente e coletivo dos produtores sobre o processo de produção e distribuição da riqueza. Na medida em que todos trabalhem, segundo as suas possibilidades, e possam apropriar-se daquilo de que necessitam, segundo as suas necessidades, estará posta a matriz para a justa articulação entre espírito e matéria, subjetividade e objetividade. O trabalho, voltado para o atendimento das necessidades humanas e não para a reprodução do capital, se transformará, nos limites que lhe são próprios, numa real explicitação das potencialidades humanas (TONET, 2012, p.80).

Acredita-se que com essa forma de trabalho será possível a todos o acesso à riqueza espiritual e material, bem como o autodesenvolvimento do ser humano. Nessa acepção, a contribuição para uma educação integral tem uma representação de formar indivíduos nos aspectos teóricos e práticos para a construção de uma forma de sociabilidade nova, que possibilite uma formação plena do ser social.

### Considerações Finais

A educação possui o papel fundamental de tornar o indivíduo parte do gênero humano. Como o homem não nasce humano, mas vai se humanizando ou desumanizando conforme as experiências vividas em seu cotidiano, pode-se, assim, constatar que a educação tanto no seu sentido *lato* (família, sindicato, associações, religião, etc.) quanto em seu sentido *stricto* (escolar) darão base para que esse indivíduo consiga torna-se membro do gênero humano. Todavia, no interior da sociedade em que rege as relações estranhadas, pensar em atividades que catalisem uma práxis emancipadora põe-se na ordem do dia.

Se o indivíduo tem acesso apenas a uma pequena parte, ou quase nada, da riqueza cultural e material produzida pela humanidade intui-se que seu processo de humanização será deformado. Na sociedade capitalista, cuja principal característica é a desigualdade social, não se pode esperar que os indivíduos consigam ser plenos em seu processo de tornarem-se humanos. Haverá sempre uma deformação, nos indivíduos abastados, essa deformação pode ser percebida pelo fato de que eles compreendem essa desigualdade social como algo “normal” e nos menos abastados por sua incapacidade de apropriação de todas as objetivações humanas, uma vez que o acesso lhes é negado.

Sendo assim, é necessário pensar num programa de educação em que se porte, criticamente, diante do metabolismo social do capital. Um programa em que formação intelectual, física, trabalho e política possibilitem elementos significativos para uma formação de enfrentamento. Pensar nesse modelo de educação implica pensar numa práxis político-educativa do professor, num currículo que possibilite atividades emancipatória durante a experiência pedagógica dos alunos, em conteúdos historicamente acumulado pela classe trabalhadora. Nessa acepção, reivindicar uma educação compromissada com a formação humana é uma das pautas urgentes para se pensar numa transição para além do capital.

## Referências

- COSTA, Frederico Jorge Ferreira. **A natureza ontológica do pensamento de Marx**. Revista eletrônica a arma da crítica. Ano 1. Número 1. Janeiro, 2009.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. 1ª ed. São Paulo, SP: Boitempo Editorial, 2007.
- FELISMINO, Sandra Cordeiro. A pesquisa na formação do educador. In **trabalho, educação e luta de classes: a pesquisa em defesa da história/** Suzana Vasconcelos Jimenez e Jackline Rabelo (organização)... [et al] – Fortaleza, CE: Brasil Tropical, 2004.
- FRERES, Helena de Araújo, RABELO, Jackline, MENDES SEGUNDO, Maria das Dores. **O papel da educação na sociedade capitalista: uma análise onto-histórica** In Anais V Congresso Brasileiro de História da Educação. O ensino e a pesquisa em história da educação. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe; Aracaju : Universidade Tiradentes, 2008. Disponível em: <[http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe\\_2008/trabalho\\_completo.php?id=932](http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe_2008/trabalho_completo.php?id=932)>. Acesso em: 01 mai. 2017.
- MÉSZÁROS, István . – **Marx A Teoria da Alienação**. Rio de Janeiro: Zahar. 1981.
- \_\_\_\_\_. **A educação para além do capital**. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2008.
- PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes**. Tradução de Jpsé Severo de Camargo Pereira. 6ª ed. São Paulo: Cortez Editora: Autores Associados, 1986.
- SADER, Emir. Prefácio in: **A educação para além do capital**. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2008
- SAVIANI, Dermeval. **O trabalho como princípio educativo frente as novas tecnologias**. In novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar. Organizadores Celso João Ferreti [et al] 10ª ed. Petrópolis , RJ: Vozes, 2008
- TONET, IVO. **Educação contra o capital**. 2ª. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.
- \_\_\_\_\_. **Educação contra o capital**. 3ª ed. Maceió: coletivo Veredas, 2016.